
ATA Nº 1

1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018

23 DE FEVEREIRO DE 2018

----- Aos vinte e três dias, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezoito, pelas dez horas e dez minutos, no Auditório da Casa das Tias de Nemésio, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na primeira sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

----- Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Luís Miguel Vieira Leal – PS, Maria de Fátima Pimentel Alves Homem – PS, Fábio Manuel Ávila Valadão – PS em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Elmano Manuel Vieira Nunes – PS, Valter Manuel Linhares Peres – PS, José Adriano Meneses Laranjo – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Manuel Hildeberto Diniz Pires – PS, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses – PSD, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PSD em substituição de Bruno César Félix Nogueira – PSD, José Aurélio Coelho Gomes – PSD em substituição de Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Francisco Leonel Mendes Simões Ávila – PSD, Paula Cristina Ávila Rocha – PSD em substituição de Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Sandra Isabel Ávila Galvão – PSD, Nuno Graciliano de Almeida Cabral – PSD, Joana Filipa Moraes Ribeiro – PSD, Lígia Maria da Silva Dutra – CDS-PP em substituição de Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP, Hélio Adriano de Melo Rocha – PSD, Luís Carlos Dutra Vieira – PSD, Miguel Alexandre Terra Garcia – PS em substituição de Mónica Andreia Simões Brum – PS, Júlia Martinha Martins Borges Faria – PS, Paulo Rui Pacheco de Sousa – PSD, César Leandro da Costa Toste – PSD, Maura Filipa Pereira Branco – PS, Bruno Narciso Meneses Lopes – PS, António Manuel Mendonça Borges – PS, Nuno Miguel Aguiar Meneses – PS e Vasco Miguel Valadão de Lima – PS. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Bruno César Félix Nogueira – PSD, Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP e Mónica Andreia Simões Brum – PS. -----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros: -----

----- Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Bruno César Félix Nogueira – PSD, Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Pedro Gabriel

Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP, Mónica Andreia Simões Brum – PS, Jorge Emanuel da Costa Gomes – PSD e Paulo Rui Mendes Homem - PSD. -----

----- Para além do Sr. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Carlos Armando Ormonde da Costa, Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Raquel Lemos Borges, Cláudia Fagundes Martins e Rui Miguel Mendes Espínola. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **ATA DA REUNIÃO DE DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETTE – SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA:**-----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que queria apenas deixar uma nota, ou seja, disse que havia uma intervenção sua, que até era relevante porque a seguir tinha a resposta e esta era contraditória à sua intervenção, que não estava na ata, porque a gravação não tinha ficado, pelo que queria deixar registado aquele reparo para que houvesse algum cuidado naquelas situações.-----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada, com trinta votos a favor, dezoito do PS, onze do PSD e um do CDS-PP e uma abstenção do PSD.**-----

----- De seguida foram apresentados os seguintes votos: -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, à Junta de Freguesia do Porto Martins, à Câmara Municipal e ao Governo Regional, pela construção da Casa Mortuária do Porto Martins, lido pela Deputada Maura Branco. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que o PSD se associava ao voto e deixou o registo da importância daquelas infraestruturas para o bem-estar das populações, nos termos que contavam do voto. Acrescentou que, depois de muitas freguesias terem tido aquela infraestrutura ao longo dos anos, finalmente chegava ao Porto Martins. Disse que, infelizmente, aquelas coisas às vezes chegavam tarde de mais, mas que chegar é que era importante, pelo que se congratulavam com isso, sendo certo que, naquele caso, a obra era feita exatamente com a intervenção das entidades referidas, pelo que estas mereciam a saudação do PSD, relativamente ao assunto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Recomendação, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, para alteração do Regulamento Municipal de Apoio às Danças e Bailinhos de Carnaval no sentido de

eliminar a imposição condicionante de atuação no Auditório do Ramo Grande e em mais nove salas de espetáculo do concelho, para efeitos de atribuição do apoio por parte do Município da Praia da Vitória, que deveria atribuir apoios aos diversos grupos com origem na sua área geográfica, conforme regras claras e objetivas, e distribuir os lucros das atuações em espaços cujos acessos fossem pagos, lido pelo Deputado Clélio Meneses.-----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que, pelo facto da opinião do Deputado Clélio Meneses ser diferente da sua, não significava que não a tinha em consideração. Relativamente ao assunto em debate, disse que o que achava importante era enquadrar a história, aquilo que se passava antes e o que se passava atualmente. Disse que, na sua opinião, o Regulamento tinha funcionado, porque o apoio não era só direcionado para as danças, era igualmente direcionado para os salões, pelo que se tinha verificado mais danças a atuar em salões do concelho da Praia do que em anos anteriores, o que significava que as danças, na busca do apoio, tinham acabado por estender a sua ação ao concelho todo e não apenas a um ou dois salões. Acrescentou que, da mesma forma que algumas danças não tinham conseguido o apoio no concelho da Praia porque tinham outros salões para atuar, outras não o tinham conseguido no concelho de Angra porque não tinham conseguido dançar no Teatro Angrense, pelo que a condicionante era a mesma. Informou que tinham sido apoiadas trinta e três danças no concelho da Praia, praticamente a totalidade, e três danças com origem no concelho de Angra. De seguida, lembrou o assunto debatido na última Assembleia, o Carnaval invisível para muita gente, mas que para eles não era, ou seja, todas as pessoas envolvidas na preparação das salas para as danças poderem atuar e disse que era complicado assistirem ao que já se havia passado muitas vezes, que era os salões terem poucas danças, porque estas corriam para o Teatro Angrense ou para o Auditório para conseguirem o subsídio, sendo que atualmente dançar no Auditório ou dançar no Juncal era exatamente a mesma coisa. Repetiu que, na sua opinião, o Regulamento havia sido aprovado, tinha funcionado e se havia algumas coisas a limar, ainda não tinha percebido quais eram. Referiu que sempre tinha havido danças que não tinham conseguido ir ao Auditório, bem como ao Teatro Angrense, sendo que o que acontecia atualmente era mais danças a conseguir o subsídio e mais salões/gente a ver mais danças no concelho da Praia, o que tinha que ser uma vantagem e não uma desvantagem. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que, queria apenas clarificar uma questão que talvez não tivesse ficado bem precisa porque a argumentação havia sido feita na perspetiva do salão que recebia, sendo que lhes parecia que o essencial do Carnaval não era isso, nem sequer era o dançarino, mas sim toda a envolvência do mesmo, ou seja, não se podia falar de Carnaval sem se falar no público e nos salões, mas muito menos se podia falar no Carnaval sem se falar nos grupos que dançavam. Acrescentou que, quem já havia participado no Carnaval e o conhecia sabia que havia grupos que sentiam a necessidade de dançar em determinadas freguesias porque, por exemplo, tinham dançarinos das mesmas, mais do que receber o dinheiro, era uma questão de honra dançar em determinado espaço. Disse que essa situação fazia parte da dinâmica, da anarquia perfeita do Carnaval, da natureza e da liberdade do mesmo.

Informou que vários grupos tinham comentado que tinham pena de não dançar em determinado sítio, porque não tinham tempo, visto terem que cumprir aquilo que lhes tinham mandado e cumprir aquilo que mandaram, no Carnaval, era contra natura. Disse compreender que houvesse outras opiniões, mas aquela era a sua, a do grupo e a daqueles que valorizavam o Carnaval, ou seja, era contra natura desviar o natural fluxo do Carnaval, por questões que eram históricas, tradicionais e que no corrente ano não tinham acontecido, para além do divisionismo da ilha, que lhe preocupava bastante, pois o Carnaval era de todos.-----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e, dirigindo-se ao Deputado Clélio Meneses, esclareceu que não tinha desvalorizado as pessoas que estavam nas danças, apenas tinha acrescentado as pessoas que estavam nos salões e a prova era que as danças do concelho da Praia, praticamente todas, tinham cumprido o suficiente para conseguir o apoio. Acrescentou que o apoio tinha que ter uma regra, tal como acontecia no concelho de Angra, que todos os regulamentos tinham regras e aquele não era exceção. Esclareceu que o que tinha dito era que o Regulamento, para além de apoiar as danças, ainda apoiava os salões, o que era uma vantagem, pelo que votavam contra o voto apresentado.-----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que ia falar por experiência própria, pois aquele não era um debate fácil e já havia acontecido no mandato anterior, onde também havia manifestado a sua opinião que, na altura, era muito mais do acordo em que se devia apoiar os grupos do concelho, mediante candidaturas e algumas regras, e que o dinheiro das verbas do Auditório era, tal como no Teatro Angrense, repartido por todas as danças que lá fossem. Disse que, entretanto apareceu aquele Regulamento, que em certa parte compreendia, mas vivendo a história de um grupo, no sentido de visão de ilha Terceira, saíam com o nome das Lajes, mas tinham uma componente de ilha e tinham atuado, basicamente, nos locais de onde os elementos da dança eram naturais, sendo que, por acaso, calhou terem as nove atuações e tinham conseguido atuar no Auditório, pelo que cumpriam os requisitos, mas havia grupos que, eventualmente, pelo cariz do Carnaval, não o conseguiram fazer. Acrescentou que tinham reparado que a ilha tinha ficado confusa, porque havia danças que, não estando acostumadas com aquele tipo de situação, andavam a fazer contas para conseguir as nove mais uma atuações, o que tornava difícil chegar ao concelho de Angra. Disse compreender o facto de se puxar mais danças para a Praia e ter mais danças nos salões, como por exemplo tinha acontecido na Vila das Lajes, mas achava que isso não se devia exclusivamente ao Regulamento, mas sim à sensibilização que faziam ao público, de prepararem o público para saber receber bem, prepararem bem a mesa, terem alguém à frente a fazer contatos, a informar da disponibilidade das salas, de se sensibilizar para a aplicação, etc.. Posto isso, disse achar que tinham que encontrar um meio-termo, entre a regulamentação efetiva, que era preciso ser feita e o mérito da Câmara querer apoiar os grupos, mas tal como a Câmara de Angra apoiava os seus grupos, ou seja, apoiar os seus grupos e dar a estes regras. Relativamente à obrigatoriedade de se atuar no Auditório, disse achar muito difícil regulamentar e tinha conhecimento de, pelo menos, uma dança que não o tinha conseguido, tinha feito as outras atuações, mas por não ter conseguido no

Auditório não ia receber o apoio. Disse achar que o Auditório não deveria ser obrigação, uma vez que fazia parte das salas do concelho e merecia a mesma importância que outra sala qualquer. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi rejeitado por maioria, com dezanove votos contra do PS, doze votos a favor do PSD e uma abstenção do CDS-PP.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, pela inauguração da Central Geotérmica do Pico Alto, lido pelo Deputado Nuno Meneses. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Recomendação, à Câmara Municipal da Praia da Vitória a preparação, em consonância com as freguesias do concelho, e elaboração de protocolos de transferência de competências e respetivos financiamentos para a manutenção e gestão da rede agrícola e de modo a manter em bom estado de conservação as linhas de água inseridas em aglomerados urbanos procedendo à regular limpeza e desobstrução, lido pelo Deputado Clélio Meneses. -----

----- **O Deputado Bruno Messias** interveio e disse que, o grupo parlamentar do PS iria votar contra porque o executivo camarário sempre e em todas as intervenções tinha prestado mão-de-obra ou apoio logístico, pelo que, qualquer presidente de Junta sabia que, em qualquer intervenção, o executivo camarário ajudaria sempre e tinha sempre aquela função. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que em situações de emergência a Câmara estava presente, quando precisavam de algum transporte a Câmara também já havia fornecido, mas estavam a falar do ano inteiro e de lei. De seguida, deu o exemplo da Ribeira dos Pães, que ia buscar São Brás e percorria todo aquele sítio, em que a Câmara ajudava com funcionários, mas que limpar uma ribeira não era num dia, nem numa semana, nem num mês, e não havia funcionários que chegassem para tal, fora as máquinas que a Junta não tinha. Acrescentou que se todos os funcionários da Junta fossem para as ribeiras, ficavam as outras coisas por fazer, como por exemplo a limpeza das escolas, porque não havia mais gente para o fazer, nem dinheiro para pagar a quem o fizesse. Informou que, o dinheiro da Câmara apenas dava para aquilo que conseguiam manter e, mesmo assim, muitas vezes tinham que fazer com o seu. De seguida, convidou o Deputado Bruno Messias a visitar a Canada das Malícias num dia de chuva, para que este visse o que se passava lá. Informou que, recorrentemente, iam à referida Canada, que a Junta de Freguesia anterior já havia feito um passadiço em cimento, mas aquelas pessoas ficavam com as casas cheias de terra. Informou que tinham pedido aos Serviços Florestais um pouco de bagacina, o que tinha demorado quatro anos, sendo que também era verdade que a Câmara tinha ajudado com o transporte e, de seguida, perguntou sobre o que acontecia durante o resto do ano, -----

porque era essa a questão. Acrescentou que, estava de acordo quando se dizia que a Câmara ajudava, mas estavam a falar do geral e da lei e se todos fossem unânimes, juntas de freguesia e Câmara, nem que fizessem pressão junto da Secretaria da Agricultura e da Secretaria do Ambiente que tinham responsabilidade sobre a matéria, mas que tentassem encontrar meios. Concluiu dizendo que pedia só que tivessem aquelas situações em atenção.-----

----- **O Deputado Clélio Meneses** iniciou a sua intervenção dizendo achar que não tinham percebido o que estava em causa, pelo que o ia explicar novamente, de uma forma ainda mais simples. Questionou sobre quem, no dia-a-dia, todos os dias, todas as semanas, todos os meses limpava e mantinha as ribeiras nos aglomerados urbanos e os caminhos agrícolas das respetivas freguesias, desde os Biscoitos ao Porto Martins, respondendo logo de seguida que eram as juntas de freguesia e que quem tinha, de acordo com a lei, competência e obrigação para o fazer era o Município. Posto isso, disse que o que estava a acontecer não era o que estava na lei e que a utilização do argumento “a Câmara ajuda quando pedem” mostrava, ainda mais, a fragilidade dos argumentos da bancada do PS. Acrescentou que a Câmara não tinha a competência nem a obrigação de ajudar, tinha sim a obrigação e a competência de fazer, pois era o que estava na lei. Disse que ninguém estava a mandar votar no que quer que fosse, que cada um votava de forma livre e de acordo com a sua consciência, mas por muito que mandassem votar de uma maneira, havia consciência, liberdade, democracia, respeito pelas coisas, naquele caso pela lei. Repetiu que ninguém estava a dizer que a Câmara não ajudava, mas o que estava na lei não era isso, era sim que a Câmara era obrigada a fazer. Disse que era verdade que a Câmara já havia feito outras transferências e outras verbas para outras coisas, mas era preciso não misturar as coisas, pois com esse valor as juntas estavam a multiplicar-se e a dividir-se para outras coisas ainda, o que não estava certo. De seguida, apelou para que tivessem um pouco de consciência, de democracia e de respeito pelas coisas, porque aquilo não estava certo, porque a lei dizia uma coisa e estava-se a fazer outra. Esclareceu que, o que se estava a pedir era que se regularizasse aquela situação, que se formalizasse e que se desse um tom de legalidade àquilo que estava a funcionar de forma ilegal, ou seja, que a Câmara transferisse as competências, que estavam a ser exercidas pelas juntas de freguesia, bem como as respetivas verbas para as juntas. Concluiu dizendo que aquela era a posição convicta e clara do PSD, sem nenhuma perspetiva de ser contra ou a favor e que deveria ser feita em colaboração com as juntas de freguesias, que eram de vários partidos, e com a Câmara de forma a se definirem os termos do Protocolo e mais do que a pedir, estavam a propor, pois mesmo que alguns não quisessem, tinham legitimidade democrática para tal.-----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que a sua pergunta, e concordando com a lei, que previa o que previa e que deveria ser cumprida, era a seguinte: -----

----- “*Sempre que solicitaram ajuda, ela foi ou não foi prestada?*”, “*Sempre que foi solicitado que tudo o que fosse feito e tudo aquilo que alegou fosse limpo, foi ou não foi limpo?*”, “*Se tem uma proximidade e se essa proximidade pode ou não ser relatada num momento, hoje em dia com a facilidade de comunicação que existe entre todos?*”,

“Houve ou não, da parte da Câmara da Praia, sempre que solicitaram, aquilo que fosse necessário e adequado para limpar o que fosse necessário?” -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse pensar que já havia explicado, mas ia fazê-lo novamente. Disse que já havia lido a legislação em causa, que havia dado exemplos claros e já tinha explicado que não estava em causa a Câmara ajudar sempre que solicitado, pois isso era a inversão da lei, ou seja, era da responsabilidade da Câmara fazê-lo. De seguida, repetiu a leitura da legislação em causa, explicando pormenorizadamente a mesma e reforçou a passagem que dizia que competia aos Municípios fazer e não ajudar a fazer. Disse que não iam alterar as coisas, pois estas eram como eram e não como queriam que fossem e a lei dizia aquilo mesmo, o que tinha que ser cumprido. -----

----- **O Deputado Nuno Meneses** usou da palavra e disse que, da bancada do PSD se falava numa questão que era importante, ou seja, a limpeza e desobstrução das linhas de água, mas era preciso não esquecer que estas tinham uma componente em que estavam efetivamente inseridas em aglomerados urbanos, mas também tinham uma outra componente que estava fora destes. Acrescentou que, não era justo apenas olharem para os aglomerados urbanos, sem pensar no restante. Disse que, em primeiro lugar, era preciso perceber o que era, efetivamente, a componente da linha de água que pertencia ao aglomerado urbano e qual a que estava fora deste, até porque para a limpeza e desobstrução das linhas de água que estavam fora dos aglomerados urbanos as juntas de freguesia já recebiam financiamento da parte do Governo Regional. Referiu que, quando se falava em ribeiras que tinham a competência da limpeza da autarquia, estavam a falar numa pequena parte, ou seja, aquelas que estavam efetivamente inseridas no aglomerado urbano, para não falar na situação do Governo afetar recursos humanos ao abrigo dos programas ocupacionais, o que era importante e fundamental para que se levasse avante aquele tipo de trabalhos. Disse que, lhe parecia que não estavam a ser devidamente justos se dissessem que a Autarquia não estava a executar o trabalho que lhes estava atribuído pela lei, pois se dizia, claramente, na lei que a Autarquia é que devia executar os trabalhos de limpeza das ribeiras nos aglomerados urbanos, também não dizia que esta era obrigada a afetar recursos humanos às juntas de freguesia, tal como fazia. Acrescentou que, os recursos eram limitados e a boa gestão destes também tinha que ser feita de uma forma equilibrada, pois se as autarquias já disponibilizavam esse tipo de recursos, se calhar estavam a referir-se ao ajardinamento dos aglomerados urbanos, mas isso era uma opção de cada freguesia. Disse que, era verdade que as juntas de freguesia eram, normalmente, sensíveis à forma como a sua freguesia estava apresentada e limpa, mas se queriam analisar a lei, não o podiam fazer só para o que lhes dava jeito. Disse que, se efetivamente a competência da Câmara era desobstruir as ribeiras, portanto não estavam a falar em ajardinar as mesmas, pelo que se calhar os recursos afetos às juntas de freguesia e que eram utilizados para fazer aquele trabalho, eram mais que suficientes e até sobravam para outras tarefas igualmente necessárias. Referiu que, lhe parecia que estavam a levar o assunto para aquilo que lhes interessava, disse que era verdade que era uma opinião e que esta não tinha que ser toda igual à da bancada do PSD, daí a existência de diferentes bancadas. Confessou que,

sinceramente, achava que se aquela era uma competência da Câmara, esta deveria continuar a executá-la, se eventualmente a Câmara entendesse transferir a mesma para as juntas de freguesia, estariam ali para falar sobre o assunto, mas não lhe parecia que coubesse a eles a responsabilidade de insistir, junto da Câmara, para que isso acontecesse. Acrescentou que, a Câmara tinha um orçamento para gerir e cabia a esta saber se tinha essa capacidade, mas, atualmente pensava que tinham, ou continuavam a ter as ribeiras desobstruídas, continuavam a ter as ribeiras ajardinadas, porque as juntas de freguesia estavam a fazer por isso, sem que isso estivesse exigido na lei, e sabiam que os proprietários dos terrenos também tinham responsabilidade na matéria, mas não valia a pena entrarem por esse lado.-----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse que a Câmara ajudava com algum material, mas depois, com o acordo de execução, tinham-lhes dito que isso ficava tudo retirado e que o dinheiro vinha daí, o que tinham respeitado. Quando, por vezes, solicitavam carrinhas e elas ficavam avariadas na Câmara, demorando por vezes semanas até irem retirar os montes, também respeitavam porque sabiam que esta tinha onze freguesias e que era preciso chegar a todas elas. Relativamente às ribeiras, disse que a Câmara não chegava lá, que quando eram situações de urgência que socorriam, mas não intervinham em todo o leito da ribeira, bem como nos caminhos agrícolas. Acrescentou que, estavam a falar de uma realidade, e sabendo que existia a lei, iam tentar melhorá-la. De seguida, dirigiu-se ao presidente da Junta de Freguesia de São Brás, dizendo que os programas ocupacionais iam acabar, pois era o que lhes tinham dito em reunião com a Câmara. Posto isso, questionou se seria o funcionário da junta a fazer todos os serviços da Câmara, pois, segundo o que diziam, os funcionários do ambiente também iam acabar. Disse que, estavam a prever o futuro e que se havia uma lei que os defendia e tantos municípios dos Açores que ajudavam as suas juntas de freguesia naquele sentido, por que razão as juntas do concelho da Praia não podiam ter os mesmos benefícios. Informou que, se ficassem sem os recursos da Câmara, ficariam com dois funcionários, uma secretária e um auxiliar de limpeza e questionou de que forma, com os cinco mil euros que a Câmara dava, aquele funcionário ia fazer a limpeza do cemitério, dos caminhos e das estradas municipais, das ribeiras e das escolas e, mais uma vez, dirigindo-se ao presidente da Junta de Freguesia de São Brás, disse que para se conseguir fazer tudo apenas com um funcionário, só se ele tinha muito dinheiro, pois por si não o tinha. -----

----- **O Deputado Miguel Garcia** emitiu a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Levando o assunto para o lado que me interessa, como estavam a dizer, e o lado que me interessa é a limpeza da única ribeira que passa no Cabo da Praia, eu agradeço, sinceramente, ao Deputado Clélio pôr o assunto, na Ordem do Dia, as dificuldades que as juntas de freguesia atravessam, esta é uma delas, há outras que bem sabe e já falou nelas. Neste caso, eu queria dizer que vou votar contra a vossa proposta, com alguma pena de não ser solidário com algumas outras juntas de freguesia que, se calhar, não tem a mesma, neste caso nós temos a nossa ribeira muito bem limpa, constantemente limpa e, neste aspeto eu acho bem que a lei não esteja a ser aplicada na nossa freguesia, porque há outras leis que são aplicadas e nós ficamos a*

perder, como eu estou a puxar o assunto para aquilo que me interessa, com o apoio que a Câmara tem dado, com o apoio que a Secretaria tem dado, nesse aspeto nós estamos bem servidos. Vejo que outras freguesias, se calhar, não estão tão bem servidas, atendendo à dimensão, ao número de ribeiras e caminhos agrícolas, não é o nosso caso.” -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e repetiu que não era ajuda, porque há pouco, quando o presidente da Junta de Freguesia das Lajes estava a dizer que a Câmara ajudava, o Deputado Luís Leal tinha ficado muito contente, mas isso era verdade e já o tinha dito na primeira intervenção, ou seja, a Câmara ajudava, mas a competência para tal era da Câmara, esta não tinha o poder de ajudar, mas sim a obrigação de fazer e por mais voltas e ajardinamentos à conversa não era assim, estava na lei. Acrescentou que o presidente da Junta de Freguesia de São Brás tinha referido, e tinha-o ajudado porque lhe estava a escapar, fora dos aglomerados urbanos, ou seja, era uma competência da Região, mas o que tinha acontecido era que esta tinha feito um protocolo a transferir a competência para as freguesias e, consequentemente meios financeiros para tal, para que estas limpassem fora dos aglomerados urbanos. De seguida, explicou que era impossível, legalmente, transferir meios financeiros sem transferir competências e questionou o porquê de, tal como tinha acontecido fora dos aglomerados urbanos, não acontecer o mesmo dentro dos aglomerados urbanos. Concluiu dizendo que tinha pena e lamentava, deixando o seu protesto, por deturparem aquilo que dizia, pois não tinha dito que o que pretendiam era dinheiro para ajardinar ou desobstruir, sendo que o presidente da Junta de Freguesia de São Brás tinha insistido nisso. Esclareceu que o que tinha dito era que, e voltou a ler a lei, “...era competência do município manter em bom estado de conservação a linha de água, procedendo à regular limpeza...”. Disse que isso não acontecia, que se queriam votar contra, que fossem solidários uns com os outros e votassem todos contra, mas o que a lei dizia era isso mesmo, mas que quem estava a fazer aquele trabalho eram as juntas de freguesia, pelo que o que queriam era que se cumprisse a lei e que as juntas não fossem mais apertadas do que aquilo que já estavam, mas se não queriam, haviam de assumir as responsabilidades. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi rejeitado por maioria, com dezanove votos contra do PS e treze votos a favor, doze do PSD e um do CDS-PP.** -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra para fazer uma interpelação à Mesa, ou seja, para propor à Assembleia que se apresentassem os três Votos de Pesar entregues na Mesa. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Pesar, pelo falecimento de António Fernando de Almeida Nogueira, lido pelo Deputado Luís Leal. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----
----- Voto de Pesar, pelo falecimento de Evaristo de Meneses da Silva, lido pelo Deputado Clélio Meneses. -----
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----
----- Pelo Grupo do PS: -----
----- Voto de Pesar, pelo falecimento de Evaristo de Meneses da Silva, lido pela Deputada Eulália Silva. -----
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----
----- **Submetido à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----
----- Voto de Pesar, pelo falecimento de António Meneses Aguiar Ramalho, lido pelo Deputado César Toste. -----
----- **O Deputado Elmano Nunes** usou da palavra e disse que, lembrava o Sr. António Ramalho, rapaz para a sua idade e que tinham feito a escola primária e exame da quarta classe juntos, como sendo uma pessoa conhecida em toda a freguesia e ilha, devido à sua formação, adquirida pelos vários cargos que havia ocupado, e porque era amigo de todos, prestável, de trato afável e de quem todos gostavam nas Lajes. Informou que, por motivos de saúde, não havia estado presente no funeral, mas que já tinha tido a oportunidade de expressar os seus pêsames a um familiar muito próximo. Relembrou que o Sr. António Ramalho havia sido presidente da Assembleia de Freguesia e que tinha sido ele que, em mil novecentos e noventa e sete, lhe tinha dado posse ao seu primeiro mandato de presidente da Junta de Freguesia. Posto isso, disse que a bancada do PS se associava ao Voto de Pesar apresentado. -----
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----
----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas onze horas e vinte minutos iniciou-se o período da Ordem do dia. -----

----- **O Presidente da Mesa** usou da palavra para propor à Assembleia o aditamento de um ponto à Ordem de Trabalhos, a qual passaria a ter nove pontos. -----
----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----
----- Não houve intervenções do público. -----

----- **2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017 A 5 DE FEVEREIRO DE 2018;** -----
----- **O Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que, agradecendo a apresentação e a explicação feita do relatório, queria colocar duas questões que gostava que o Sr. Presidente desse uma explicação mais clara à Assembleia. -----

----- 1ª Questão – Relativamente às reuniões com entidades, cônsules, embaixadores, forças diplomáticas estrangeiras, da China e Estados Unidos, qual o resultado das mesmas e qual a perspectiva de cada um desses estados relativamente à Praia da Vitória e, no caso especial, da Base das Lajes e, eventualmente do próprio Porto Militar. -----

----- 2ª Questão – Relativamente ao referido sobre as reuniões com as freguesias, do modelo e daquilo que poderia ser melhorado, disse que a perspectiva do PSD, naquela matéria, era completamente antagónica àquela que era a perspectiva da Câmara Municipal, àquilo que havia sido apresentado e àquilo que vinha a ser feito. Acrescentou que, a informação que tinham era de que as reuniões eram preparadas pela Câmara Municipal sem o envolvimento das freguesias, nomeadamente em termos da própria reunião e sem que esta decorresse na sede do único poder local de cada freguesia. Disse que, entendiam que aquela situação não era correta, que, mais uma vez, era um desrespeito para com as freguesias, sendo certo que havia freguesias que tinham as coisas adequadas para tal. Informou que a primeira ressalva tinha que ver com a situação referida, ou seja, o local das reuniões e, por outro lado, parecia-lhes preocupante que as referidas reuniões fossem feitas sem o envolvimento prévio da junta de freguesia, que tinha o conhecimento das mesmas como qualquer outra entidade da freguesia. Informou que entendiam que a reunião deveria ser preparada com a junta de freguesia, da mesma forma que entendiam, em defesa do município, que se o governo regional ou o governo da república viessem à Praia, formalmente devia, como acontecia, preparar a agenda, a reunião com a Câmara Municipal. Acrescentou que, da parte do PSD, não havia nenhuma fixação com as freguesias, havia apenas e só uma fixação muito grande pelo respeito à democracia e por aqueles que eram eleitos pelo povo. - -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente à reunião com o embaixador chinês, esta prendia-se com a questão da Conferência do Mar, ou seja, disse que o estado chinês e os maiores operadores marítimos do transporte de carga marítima eram empresas chinesas e, da parte do estado chinês, havia o interesse no Porto Comercial da Praia da Vitória, pelo que, basicamente, o trabalho que a Câmara Municipal desenvolvia era ao nível da diplomacia, manter o referido interesse ativo, para que quando o concurso público internacional saísse essas empresas concorressem ao mesmo. Informou que, da parte do Sr. embaixador ele ressaltava sempre o interesse de operadores chineses operarem o Porto Comercial da Praia da Vitória, não estando com isso a dizer que a solução tivesse que ser um chinês ou uma empresa chinesa, mas dos maiores operadores do mundo, efetivamente as grandes empresas ou tinham capital totalmente chinês ou tinham uma grande percentagem do seu capital da China. Relativamente à reunião com o embaixador dos Estados Unidos, disse que a mesma tinha sido na véspera da bilateral e tinha sido uma apresentação de cumprimentos, por ser a primeira vez que tinham falado depois, quer da sua tomada de posse, quer da tomada de posse enquanto embaixador. Disse que tinham falado da questão da bilateral

e, naturalmente no processo da descontaminação onde havia uma nova abordagem daquele embaixador, não querendo com isso dizer que essa abordagem era suficiente, pois não o era, mas era uma abordagem bastante distinta da do último embaixador, em que ali colhia, do atual comandante do destacamento Norte-americano, uma grande sensibilidade e estava a ter um papel muito mais ativo do que o dos anteriores comandos naquele processo. Acrescentou que, naturalmente, depois do embaixador dos Estados Unidos ter visto a sua presença com o embaixador chinês, tinha salientado que também tinham empresas Norte-americanas interessadas na exploração do Porto Comercial da Praia da Vitória. Referiu que, do ponto de vista diplomático, com a China era o Porto Comercial, com os Estados Unidos, naquele momento, o enfoque era o processo da descontaminação, pelo que aquele era o único assunto que tinham colocado em cima da Mesa sendo que, naturalmente da parte do embaixador havia outros assuntos, para além do referido, mas interessando aquele o mesmo tinha sido abordado. Disse que com os ministros, ou seja, com o Ministério da Defesa tinham sido abordados assuntos relativos à descontaminação, bem como às infraestruturas desafetas e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros o frisar da importância da Câmara Municipal estar presente nas Bilaterais, como membro de pleno direito, que não tinha sido acolhido, como também já havia sido frisado, mas que iam manter a cada data de uma reunião Bilateral. -----

----- Relativamente às presidências abertas nas freguesias, disse que ficava um pouco surpreso com as declarações feitas, quando naquele momento só tinham ido a uma freguesia, à Agualva. Informou que, naquele momento, cada freguesia sabia em que dia exato iam estar na mesma e explicou que a visita tinha três momentos, sendo que o primeiro era a audiência a munícipes e a reunião com a Junta de Freguesia era feita no local onde já estavam a trabalhar, ou seja, onde recebiam as pessoas. Disse que tinham escolhido as casas do povo, por ser, à exceção de Santa Cruz, o local onde existia só uma em cada freguesia e que tudo ia ser feito nas mesmas, a não ser que alguma freguesia convidasse a Câmara para que a reunião com a mesma fosse na respetiva junta de freguesia. Referiu que, a Câmara Municipal tinha contactado com as casas do povo, mas não ia reunir com estas, tinha solicitado um espaço para reunir com munícipes, sendo que a avaliação feita era a de que para receber munícipes tinham que ter um critério igual para todas as freguesias. Chamou a atenção para o facto de estarem a marcar um lugar para receber munícipes e que mal seria se a Câmara Municipal se fizesse convidar, à junta de freguesia, para ir para o edifício desta receber munícipes, pois a reunião com a junta de freguesia era uma matéria completamente distinta. Quanto à questão referida sobre os governos, nomeadamente o governo de Pedro Paços Coelho, disse que este havia sido um excelente exemplo, pois o Deputado Clélio Meneses também havia feito parte do mesmo, ou seja, tinha havido uma secretária de estado que tinha visitado a Praia da Vitória, em que a Câmara Municipal não tinha sido informada. Acrescentou que a referida secretária tinha visitado a Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Vila das Lajes e, perfeitamente legítimo, na altura não tinha visto ninguém a reclamar, tal como acontecia atualmente. Posto isso, disse que o chocava que tivesse sido referenciada aquela situação quando, precisamente o Deputado Clélio tinha sido autor de uma situação daquela natureza, onde não tinha havido qualquer

comentário por parte da Câmara Municipal sobre o assunto, pelo que não percebia aquela referência adjetivada de ostensiva. Esclareceu que tinham o cronograma para as visitas às freguesias, iam fazer as audiências aos munícipes e ia fazer a reunião pública. Relativamente à reunião com as juntas de freguesia, disse que se alguma junta de freguesia convidasse a Câmara para que esta fosse no seu edifício, naturalmente que o fariam, até porque tinham uma relação próxima e gostavam de estar com os seus autarcas, eleitos por qualquer lista. Concluiu dizendo que o que tinham procurado era uma solução igual para todas as freguesias, para que não houvesse qualquer diferenciação de freguesia para freguesia.-----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que começa por clarificar uma coisa que, para si, estava acima de tudo, ou seja, a verdade e disse que lamentava que o Sr. Presidente não fosse por aquele caminho. Disse que a reunião que os membros dos órgãos locais da Vila das Lajes tiveram com a Sra. Secretária de Estado, tinha sido no Castelo São João Batista, a pedido dos órgãos das Lajes, relativamente a um assunto que preocupava a referida Vila, ou seja, não tinha sido a Junta de Freguesia que tinha recebido, por isso que ficasse a verdade. Acrescentou que a reunião tinha sido em Angra, no local de trabalho da Sra. Secretária de Estado na ilha Terceira, e que ficasse claro ali o que se havia passado e, em caso de não estar esclarecido, o Sr. Presidente da Câmara o ficasse e se já estivesse, para que a verdade ficasse acima de tudo. Disse que o outro momento em que a Sra. Secretária de Estado tinha estado ali, tinha sido numa visita à Base, num autocarro, em que tinha sido convidado e a Câmara Municipal estava presente. De seguida, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara e disse que mandar umas bocas e dizer coisas que não eram verdade, consigo não passavam e que ficasse reposta a verdade daquilo que se havia passado. Acrescentou que tinha ficado claro, pois o Sr. Presidente tinha dito que não se fazia convidado de uma junta de freguesia, mas tinha contactado uma casa do povo para reunir na mesma, ou seja, podia falar com a casa do povo para combinar a reunião naquela freguesia, respeitando o poder local, mas não podia falar com a junta de freguesia, o que refletia bem os pressupostos e os propósitos do Sr. Presidente, em termos da relação deste com as juntas de freguesia e do respeito por quem era eleito diretamente pelas populações, que eram os presidentes de junta de freguesia e os respetivos membros do poder local. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** interveio e disse que, gostaria apenas de questionar, uma vez que a única reunião pública com as freguesias tinha sido na Agualva, se daquela reunião pública resultava alguma ata.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que decorria da lei, ou seja, era uma reunião de Câmara como qualquer outra e de todas as reuniões públicas da Câmara resultava uma ata. Esclareceu que era uma reunião de Câmara que decorria da lei, sendo que a lei dizia que a última reunião de cada mês era pública, normalmente decorria no Salão Nobre da Câmara Municipal, mas tinham decidido realizar a mesma nas freguesias. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** interveio para esclarecer que se estava a referir à reunião com a junta de freguesia e disse que, se houvesse uma ata, resultante dessa reunião, seria extremamente importante e interessante apresentar a mesma na

Assembleia, para se confrontar com muitas das coisas que ali eram ditas, relativamente à disponibilidade das juntas de freguesia em apoiar a Câmara Municipal, nomeadamente na questão das ribeiras e dos caminhos agrícolas, até porque a disponibilidade manifestada não tinha sido muita. Acrescentou que deveria ter intervindo na altura da discussão, mas tinha aguardado porque tinham mais um voto de recomendação, relativo aos programas ocupacionais, mas por uma questão de tempo não tinha sido discutido, mas a bem da verdade não podia ficar calado. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que da reunião com as juntas de freguesia não resultava qualquer ata, mas em caso de necessidade passariam a fazê-lo. Acrescentou que, o que tinha sido demonstrado na reunião com a freguesia da Agualva tinha sido o referido ali, ou seja, que a Câmara Municipal apoiava com recursos humanos, sendo certo que era até eles existirem, quando não existissem haviam de encontrar uma solução. Disse que não ia antecipar soluções, uma vez que aquela solução estava ativa, mas se havia alguma questão com as reuniões feitas com a Junta de Freguesia da Agualva, passavam a fazer uma ata. Esclareceu que tinha respondido daquela forma, porque a questão tinha sido sobre a reunião pública. De forma a terminar o assunto e respondendo ao Deputado Clélio, disse que a Câmara Municipal quando visitava as freguesias, naquela matéria, solicitava à casa do povo o espaço e que precisavam de um espaço que fosse comum para todas as freguesias, pelo que se fosse nas juntas de freguesia, nem todas tinham as mesmas condições e esse espaço era destinado a receber os munícipes, ou seja, a única questão que poderia ser colocada era a reunião com a respetiva junta de freguesia, mas aquele era outro assunto. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que queria apenas reforçar aquele que era o seu entendimento sobre funcionamento institucional e democrático das entidades, sendo certo que, naquele caso em concreto, o que havia ficado claro era que tinha priorizado as casas do povo em detrimento das juntas de freguesia, apesar da esmagadora maioria destas ter as condições mínimas necessárias para reunir com a Câmara Municipal e para que esta recebesse e atuasse na respetiva freguesia, no único órgão do poder local, eleito direta e universalmente pelas populações, que eram as juntas de freguesia. Disse que, lhe parecia que isso fosse o mínimo, mas que tinha ficado claro a posição da Câmara Municipal sobre a matéria em causa, sendo certo que, em relação ao outro assunto que tinha referido, ou seja, da acusação que lhe tinha feito sobre a junta de freguesia ter recebido a Secretária de Estado, também tinha ficado claro, mas o Sr. Presidente não tinha refutado isso, pelo que esclarecia que a Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia das Lajes tinha pedido uma reunião à Sra. Secretária de Estado que, ao contrário dos outros órgãos e entidades que tinham meios e recursos financeiros para ir reunir a Lisboa, com quem quer que fosse, a Junta de Freguesia não os tinha pelo que tinham reunido no seu local de trabalho, no único espaço que dependia da Secretaria do Estado e da Defesa, ou seja, em Angra do Heroísmo, pelo que a mentira que tinha sido passada não era correta e que ficasse claro, de uma vez por todas, que o que tinha sido dito não era verdade bem como o que tinha sido dito sobre a Câmara não ser tida nem achada, pois um membro da Câmara

Municipal tinha participado na visita ao perímetro da Base das Lajes, por causa da estrada. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** interveio e esclareceu que a Câmara Municipal não estava a dizer que as juntas de freguesia não tinham instalações dignas, nem tinha nada que ver com respeito, etc.. Acrescentou que precisavam de um espaço onde pudessem colocar quatro a cinco divisórias para receber munícipes, sendo que havia juntas de freguesia que não tinham essas condições. Disse que, era verdade que para as reuniões com as juntas de freguesia estas tinham o espaço onde ocorria as Assembleias de freguesia, mas que o mesmo não servia para o atendimento aos munícipes. Acrescentou que o local de trabalho, de toda a tarde, era na casa do povo, reuniam com os munícipes, das duas da tarde até ter pessoas para atender, terminando esse trabalho seguia-se a reunião com a junta de freguesia e a reunião pública de Câmara, que também precisava de um espaço amplo para o caso de haver presença de público na mesma. Disse que, a única coisa que tinha ficado abaixo das expetativas, na visita à Agualva, tinha sido a presença de público, pelo que tinham que reforçar essa situação e ajustar o que fosse necessário. Relativamente ao que o Deputado Clélio havia dito, da Assembleia de Freguesia da Vila das Lajes, disse que tinha visto uma nota de imprensa, se assim tinha sido, ao contrário do Deputado Clélio, não tinha problema nenhum em dizer, sim senhor, ou seja, não era uma questão de faltar à verdade, era uma questão de também serem sinceros e honestos, pelo que não tinha problema absolutamente nenhum de dizer, quando o seu adversário político dizia que não tinha razão, se assim tinha sido e não tendo outra forma de o comprovar, que o Deputado tinha razão. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **3. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2017, DA PRAIA AMBIENTE, E.M..** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** pediu autorização para apresentar os pontos três a seis em simultâneo, o que foi aceite. -----

----- **A Deputada Joana Ribeiro** usou da palavra e disse que a sua intervenção era relativa ao ponto cinco. De seguida, passou à leitura de um documento que faz parte integrante da presente ata. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que podiam fazer o reparo no documento, alterar o mesmo não convinha porque obrigava a Assembleia Municipal de Angra a fazê-lo e os documentos intermunicipais acabavam por demorar muito. Também por uma questão de preciosismo, informou que o nome oficial da cidade, que constava da deliberação na altura da elevação da vila a cidade, era Cidade da Vila da Praia da Vitória. -----

----- **A Deputada Joana Ribeiro** agradeceu o esclarecimento que, de todo, desconhecia. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e disse que o assunto que queria expor tinha que ver com as contas da TERAMB, ou seja, disse que o Sr. Presidente havia dito que tinha preocupação em relação às contas, de facto estavam a falar em meio milhão de

euros até ao terceiro trimestre de dois mil e dezassete, pelo que queria colocar algumas questões sobre o assunto, sendo elas as seguintes: -----

----- Primeira – Se o resultado referido seria superior no fim de dois mil e dezassete, ou seja, se para além daquele meio milhão ainda teriam mais algum milhar em cima. ----

----- Segunda – Se estavam a ser tomadas medidas, nomeadamente sobre as questões com o empreiteiro, ou seja, a situação de devolução de notas de crédito à EDA e problemas com o funcionamento da própria central. -----

----- Terceira – Se o meio milhão de euros que estavam a falar, até setembro de dois mil e dezassete, ou seja, se o prejuízo seria assumido pelas câmaras municipais ou pela própria empresa. -----

----- Quarta – Se, em termos de futuro, a perspetiva era continuar com resultados daquela ordem de grandeza, em termos negativos, e se existia já uma perspetiva de resultados, nomeadamente para dois mil e dezoito, dezanove e seguintes. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que: -----

----- Relativamente ao resultado do fim do ano, apesar do ano já ter terminado algum tempo, ainda havia muita matéria controvertida relativamente, principalmente, a saldos e a notas de crédito a questões de acordos que estavam a ser finalizados entre a TERAMB e o empreiteiro. -----

----- Relativamente à previsão para anos futuros, disse que não se conseguia, para já, prever porque havia um problema localizado, que era um problema de curto prazo, ou seja, o problema da obra, com o empreiteiro que mexia muito e tinha uma componente de volume, mas independentemente desse problema, havia um problema de fundo, que era o facto de ser necessária mais matéria-prima, mais resíduos. Informou que a produção de resíduos vinha a decrescer cada vez mais, porque, e isso estava previsto inicialmente, a seleção para a reciclagem tinha aumentado, sendo que o que não estava a acontecer e estava previsto era os resíduos das outras ilhas virem para a Terceira. Disse que estavam a fazer pressão junto do Governo Regional, uma vez que era obrigatório, ou seja, estava definido no PEGRA que esses resíduos viriam para a Terceira, mas isso não estava a acontecer. -----

----- Disse que havia outra matéria de fundo, respondendo à questão sobre a quem era imputado o custo, que eram os custos da mineração, ou seja, a limpeza do passivo ambiental durante todos esses anos. Informou que a TERAMB não era só para resolver o problema dos resíduos que se ia criando, era também para resolver o problema do passivo ambiental de décadas e décadas de aterro naquele espaço. Referiu que a mineração estava a ter custos muito mais elevados do que alguma vez se havia projetado, pelo que estava a sair caríssima a extração e a abertura dessas bolsas, sendo que o material dessas bolsas estava a vir com problemas. Disse que já estavam a tomar medidas para definir questões estratégicas, pelo que, relativamente a isso, tinha sido colocada a hipótese de, eventualmente, a mineração não ser a TERAMB a assumir, porque tinha um peso nos seus resultados, e de ser os municípios a assumir, porque não era uma matéria comercial, de gestão, mas sim uma matéria pública de definição de limpeza de um passivo ambiental, mas a questão em causa ainda estava a ser articulada entre as Câmaras Municipais de Angra e Praia. -----

----- Quanto aos resultados serem negativos, disse que o que a lei dizia era que os associados tinham que repor, ou seja, não podia ser a TERAMB a assumir o valor, tinha que ser as câmaras, na proporção da sua participação. Disse achar que não seria necessário repor o valor, e esperava bem que não, porque seria muito mau para eles, na medida de quarenta por cento, e muito mau para a Câmara de Angra, na medida de sessenta por cento. -----

----- Resumindo e concluindo, disse que havia uma questão crítica de curto prazo na TERAMB, relativamente à obra e que envolvia o empreiteiro, e as questões estratégicas, sendo elas três, ou seja, a questão da importação de resíduos das outras ilhas, a questão da mineração e a questão da venda de energia à EDA, porque depois, principalmente, da energia geotérmica ter sido ligada, estavam, naquele momento, com excesso de energia elétrica na ilha. Acrescentou que o que a EDA estava a pagar a todos os produtores privados de energia, não estava em consonância. Disse que tinham demasiada produção de energia, que se ia agravar porque, tendencialmente, estavam a ser realizados investimentos na matéria e tinham o parque fotovoltaico na Boavista, sendo que o que era necessário era a EDA rever a sua gestão da central do Belo Jardim. Informou que a EDA se defendia, não só porque era responsável pela produção energética mas porque tinha a responsabilidade de criar redundância, ou seja, quando outro produtor de energia não tinha capacidade de a imputar na rede, a EDA tinha que arranjar uma solução para redundância, para não faltar energia na ilha e era esse custo de redundância que estava a ser imputado a todos os outros operadores privados. Mencionou que aquela era uma solução muito difícil, que tinham que ver com o Governo Regional e estavam a reivindicar, já algum tempo, aquela matéria. Concluiu dizendo que, esses problemas exigiam muita preocupação, naturalmente, porque os resultados sendo negativos tinha que ser lá colocado o dinheiro. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **4. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2017, DA TERAMB, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, EEM.** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **5. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO INTERMUNICIPAL DE AÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DA ILHA TERCEIRA DA TERAMB, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, EM..** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor, dezanove do PS e doze do PSD e uma abstenção do CDS-PP.** -----

----- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA TERAMB, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, EM..** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetida à votação, a designação de fiscal único, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor, dezanove do PS e doze do PSD e uma abstenção do CDS-PP.** -----

----- **7. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA REDUÇÃO DE 50% DAS TAXAS DO MERCADO MUNICIPAL.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **8. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. -----

----- **A Deputada Sandra Galvão** usou da palavra e leu um documento que faz parte integrante da presente ata. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção fazendo um aparte, ou seja, disse que, relativamente à isenção do pagamento de parquímetro aos membros da Assembleia, tinham solicitado as respetivas matrículas para remeterem para a empresa concessionária, mas não tinham recebido de todos os membros, sendo que as que tinham recebido tinham sido remetidas e os Deputados estavam isentos. Posto isso, disse que ia circular uma folha para colocar as matrículas e em caso de não terem essa informação que, posteriormente a fizessem chegar. Relativamente ao ponto em causa, disse que concordava com o que a Deputada tinha dito e informou que o Conselho Local de Educação havia concordado e todos tinham sido unânimes com o mesmo, sendo que a questão era que a presente Carta Educativa era para efeitos de PDM. Informou que também já tinham visto a de Angra do Heroísmo e quando solicitaram o parecer prévio à Secretaria da Educação, esta tinha cortado uma parte da parte pedagógica. Informou que o que havia sido dito era que, para efeitos de PDM, tinha que ser daquela forma e, quando colocada a questão sobre a de Angra, a resposta tinha sido que nunca tinham autorizado previamente a Carta de Angra, ou seja, esta estava aprovada mas não para efeitos de revisão de PDM. Mencionou que também constava da ata do Conselho Local de Educação, que tinha sido algo que também tinham chamado a atenção da Secretaria, que era o facto de não fazer sentido elaborar uma Carta Educativa só dos espaços de educação públicos, mas, infelizmente, a verdade era que precisavam de ter o documento aprovado para submeterem ao PDM, daí dizer que esperava, até ao final do ano, ter outro documento, com outro nome, abrangente e que consolidasse toda a informação referida pela Deputada Sandra. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, dezanove do PS e um do CDS-PP e doze abstenções do PSD.** -----

-----**9. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DO
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL 57/2018-DHA/NRE.**-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. -----

----- **O Deputado César Toste** iniciou a sua intervenção dizendo que aquele era um assunto que preocupava a todos, inclusive o PSD, e era largamente discutido. Informou que o que os preocupava era o facto da palavra diplomacia estar a esgotar-se, porque ainda há pouco tinham falado em diplomas que tinham sido apresentados na Assembleia Regional, tinha-se esperado dez meses, tinha-se esperado uma Comissão Bilateral, já tinha havido outra Comissão Bilateral, e a diplomacia era, naquele momento, de mais seis meses para entrar numa nova fase. Informou que, na opinião do PSD, não havia uma nova fase, havia uma primeira fase em que ninguém concordava que tivesse sido consolidada porque, tanto o LNEC como outras entidades que falavam sobre o assunto, não estavam conformadas com o trabalho que estava a ser realizado. Disse que, todos tinham consciência que era um trabalho moroso, difícil, mas que havia muita gente que estava a tapar os olhos com a peneira e era verdade e concordava com o Sr. Presidente quando este dizia que se falava apenas no trezentos e um e no quinhentos e um e não se falava nos outros, sendo certo que daqui a dias poderiam ser muitos mais dos que eram atualmente, porque já não se falava só em Praia da Vitória, falava-se em ilha Terceira. Referiu a situação da qualidade da água e de a valorizar e o prémio que a ERSARA atribuiu à Praia Ambiente, à qualidade da água que a Praia da Vitória tinha. Disse que, os alarmismos que eram feitos, no fundo tinham um sentido de urgência que obrigava a que fosse tomada uma postura, ou seja, não era por nenhum prepósito que a Universidade dos Açores ia fazer um estudo sobre o chumbo na presença do pipeline do Cabrito, quando supostamente estava tudo bem, pelo que havia risco. De seguida, fez referência à situação do graben da planície, ou seja, disse que era uma zona sísmica e que toda a planície do Ramo Grande eram falhas sísmicas, pelo que nunca se sabia o que poderia acontecer no futuro e que apenas sabiam que, naquele momento, a contaminação estava simplesmente a nível da primeira parte da superfície da terra, mas não sabiam a nível de futuro, nem esse estudo estava feito. Disse saberem que no estudo americano estavam evidenciados os outros locais, mas nunca se tinha aprofundado, nos últimos anos, a evolução da situação, porque esta vinha de décadas, pelo que era importante, e a sua postura pessoal e dos seus colegas, era de que, mais uma vez, a Assembleia devia fazer uma recomendação forte para que o Governo da República assumisse as suas responsabilidades efetivas, porque o assunto estava-se a arrastar. Acrescentou que, estavam ao lado do Governo Regional e que achavam que eles estavam a fazer todos os esforços, a nível daquela diplomacia, mas achavam que o Governo da República não estava a fazer a sua parte devidamente, porque a diplomacia era feita, mas havia um povo da Ilha Terceira que estava a sofrer e, por mais que se fizessem os alarmismos, a nível do estudo sobre o cancro, mesmo não havendo conclusões, havia suspeitas que deixavam as pessoas com um pé atrás. Disse que era importante que a Praia da Vitória, o PSD, a Assembleia e todos que estivessem de acordo, fizesse mais pressão para que o Governo da República assumisse todas as

sugestões que eram dadas. Concluiu dizendo que, realmente o Governo da Republica não estava a fazer o seu trabalho e os Estados Unidos estavam a arrastar o problema.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção dizendo que concordava com o que o Deputado César havia salientado e informou que a posição, da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, sempre tinha sido bastante comum e consensual. Disse que quando se falava em Governo da Republica, gostava sempre de dizer Estado Português, porque o Estado, independentemente dos governos, havia sido sempre negligente e incompetente na matéria em causa. Acrescentou que chamava a atenção, e o Deputado César também era deputado regional, tinha estado presente no Plenário e tinha usado algumas expressões, que não tinha mal nenhum, mas tinha que fazer o alerta para cada vez mais se ter esse cuidado. Referiu que na presente semana, aquele assunto tinha deixado de ter, por parte de alguns intervenientes, o cuidado da escolha das palavras sobre o mesmo. Disse que, entretanto, também havia caído, nas redes sociais, um vídeo de uma agência de Berlim, que lhe tinha pedido para ser entrevistado, mas a sua entrevista não constava nesse vídeo e não sabia se ia sair ou não. Informou que era preciso ter-se alguns cuidados, que o Deputado César tinha falado, sendo que ali não tinha problema porque percebia o que ele queria dizer, mas o “*fala-se*”, “*diz-se*”, ou seja, eram matérias que tinham que ser muito concretas naquilo que se transmitia para fora, porque tinham que olhar para a matéria que estava documentada e estudada, daí ter dito que se já estavam identificados mais locais contaminados, eles tinham que estar ali, da mesma forma que não se debruçava sobre estudos que estavam a decorrer, sendo que a Câmara, a todos esses e desde que solicitassem apoio, prestavam apoio, nomeadamente no estudo sobre a incidência oncológica. Relativamente aos estudos, disse que não falavam nos mesmos sem que estivessem conclusivos, não antecipavam conclusões, mas, infelizmente, naquela semana essa antecipação de conclusões já tinha acontecido, independentemente dos números, o que havia passado para a opinião pública era outra matéria completamente diferente, pelo que precisavam ter muita atenção em como gerir a situação porque se por um lado todos queriam a pressão na questão da descontaminação, por outro tinham que gerir eventuais danos noutros setores. Acrescentou que, quando se falava na matéria em discussão, era preciso estar-se munido, técnica e cientificamente sobre o mesmo e, acima de tudo, não criar cenários desfasados da realidade. Informou que estava a haver, o que era positivo, um crescente interesse dos órgãos de comunicação social nacional sobre o tema, o que ajudava a criar pressão sobre Lisboa para a resolução do assunto, mas era prejudicial se não soubessem gerir as palavras, porque, depois, a imagem, a comunicação era muito forte. Disse que era verdade que havia um problema, mas a água para consumo público, da documentação que existia, estava bem, outros danos relativamente a riscos para a saúde havia a suspeita mas não passava disso mesmo. Informou que, pessoalmente o que dizia, e era a posição da Câmara, era que se aguardasse os estudos e se houvesse relação, estariam na linha da frente pela defesa da sua terra e das suas gentes e em caso não haverem conclusões também estariam ali para tomar as medidas necessárias. Concluiu dizendo que aquele era o apelo que fazia, relativamente à matéria em causa, e que devia ser visto como um apelo institucional, porque se não estavam a afetar dois

setores que estavam a ter bons resultados nos últimos anos, nomeadamente o setor agrícola e o do turismo. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **O Presidente da Mesa** usou da palavra e informou que, relativamente às matrículas solicitadas, todas as pessoas que já tinham dado as matrículas anteriormente já estavam dispensados naquele dia; que o concessionário já estava informado dos dias em que havia sessão da Assembleia; e que tivessem em atenção que era apenas para a hora da Assembleia e que terminada esta, a Câmara iria informar o concessionário do seu término. -----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** -----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram treze horas, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da primeira sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Ass: _____

Ass: _____

VOTO DE CONGRATULAÇÃO



Lido
a 23 fev 18
[Signature]

O Porto Martins é hoje uma freguesia dotada de uma infraestrutura crucial para a sua comunidade - a Casa Mortuária. Trata-se de um local onde os seus habitantes possam dignamente se despedir dos seus entes mais próximos.

A recém inaugurada Casa Mortuária do Porto Martins cumpre o desejo de toda uma comunidade e assume especial importância numa época em que os funerais em casa deixaram de fazer sentido.

A Junta de Freguesia do Porto Martins, promotora da voz dos seus habitantes, concretizou o projeto de construção da Casa Mortuária do Porto Martins, em cooperação com a Câmara Municipal da Praia da Vitória e o Governo Regional dos Açores.

Esta infraestrutura vem valorizar a Rede Municipal de Casas Mortuárias, construídas assente em rigor e transparência numa ótica de conceder dignidade à comunidade. O Porto Martins está hoje dotado de um novo serviço, mais cívico e humano, que permite à população honrar os seus entes queridos.

"Pela construção da Casa Mortuária do Porto Martins, infraestrutura que concede maior dignidade às famílias e como parte integrante do desenvolvimento humano e social de todo o Concelho, decide a Assembleia Municipal da Praia da Vitória aprovar um voto de Congratulação à Junta de Freguesia do Porto Martins, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e ao Governo Regional dos Açores."

Praia da Vitória, 19 de dezembro de 2017

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]



RECOMENDAÇÃO

O Carnaval assume-se como uma das maiores marcas identitárias do nosso Povo.

Por tudo o que o Carnaval evidencia da cultura e modo de ser do terceirense, merece ser reconhecido e tratado com o respeito e atenção que só o seu verdadeiro conhecimento e sentimento podem alcançar.

Num nobre e democrático exercício de cidadania, o Carnaval da Terceira revela talentos, motiva participações, mobiliza comunidades e, sobretudo, afirma a liberdade como um modo de estar na vida em sociedade.

Quem o conhece e sente, sabe que o Carnaval nunca quis ou se deixou ser mandado por tutelas ou poderes, mesmo que instituídos.

Até a ditadura sentiu essa enorme força deste Povo.

Nem mesmo aqueles que já o quiseram parar o conseguiram.

Por isso, a dinâmica própria e natural dos vários grupos ao nível do assunto escolhido, da respetiva dimensão, natureza da apresentação, locais de ensaio e de actuação decorrem da vontade de cada qual.

Desta natureza e acção próprias funciona genuinamente o nosso Carnaval que, como afirmava publicamente o representante de um dos grupos, acaba por se revelar numa "anarquia perfeita".

A decisão da Câmara Municipal da Praia da Vitória e da maioria desta Assembleia no sentido de aprovar um regulamento que impunha a condição de actuação no Auditório do Ramo Grande e em mais nove salas de espectáculo do concelho revelou-se desadequada à natureza do carnaval e desproporcionada aos objectivos em vista com o apoio em causa.

Na verdade, tal condição imposta acabou por introduzir um factor externo de intromissão no normal desenrolar das actuações por toda a ilha, promovendo um divisionismo entre os seus dois concelhos que não valoriza uma festa que é da ilha.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
a 23 fev 18
Lido
a 23 fev 18
Cabele
Bryato
Açores
Açores

Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Torna-se, assim, necessário acabar com a imposição condicionante de actuação no Auditório do Ramo Grande e em mais nove salas de espectáculo do concelho para efeitos de atribuição do apoio por parte do Município da Praia da Vitória que deverá atribuir apoios aos diversos grupos com origem na sua área geográfica e distribuir os lucros das actuações em espaços cujos acessos sejam pagos.

O Grupo Municipal do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e legais aplicáveis, apresenta a seguinte recomendação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória recomenda à Câmara Municipal da Praia da Vitória a alteração do Regulamento Municipal de Apoio às Danças e Bailinhos de Carnaval no sentido de eliminar a imposição condicionante de actuação no Auditório do Ramo Grande e em mais nove salas de espectáculo do concelho para efeitos de atribuição do apoio por parte do Município da Praia da Vitória que deverá atribuir apoios aos diversos grupos com origem na sua área geográfica, conforme regras claras e objectivas e distribuir os lucros das actuações em espaços cujos acessos sejam pagos.

Praia da Vitória, 23 de Fevereiro de 2018.

O Grupo Municipal do PSD



António Pereira



VOTO DE CONGRATULAÇÃO



No passado dia 20 de novembro de 2017, foi inaugurada a Central Geotérmica do Pico Alto, na Freguesia dos Biscoitos, concelho da Praia da Vitória. Num investimento estruturante, encarado como fator de sustentabilidade e desenvolvimento, a Central, com uma potência líquida de 3,5 megawatts, estima suprimir 10% das necessidades energéticas da Ilha Terceira.

O aproveitamento de recursos energéticos renováveis e endógenos, em especial a geotermia, é fundamental para suprimir as necessidades energéticas nos Açores. Atualmente, na Ilha Terceira, as fontes renováveis contribuem com cerca de 22% da energia, e estima-se que, com a central agora inaugurada, ascendam para aproximadamente 40% em 2018.

A infraestrutura fundamental para a redução da dependência de energia produzida a partir de combustíveis fósseis, arrancou com três poços de produção e um poço de reinjeção, no qual o fluido geotérmico, após as trocas térmicas na central, é devolvido ao reservatório geotérmico do Pico Alto, permitindo colocar na rede mais energia renovável estável.

A Central Geotérmica do Pico Alto corresponde a um marco histórico no sistema electroprodutor da Terceira, na medida que corresponde ao primeiro aproveitamento geotérmico para produção de eletricidade na Ilha. Além disso, originou a criação de cerca de dez novos empregos na área das novas tecnologias.

Deste modo, os eleitos pela lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal da Praia da Vitória apresentam um voto de congratulação pela Inauguração da Central Geotérmica do Pico Alto.

Do presente voto seja dado conhecimento à Empresa Eletricidade dos Açores (EDA), à Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, à Direção Regional da Energia, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Junta de Freguesia dos Biscoitos.

Praia da Vitória, 19 de dezembro de 2017



RECOMENDAÇÃO

Nos termos do nº2 do artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 18/2003/A, de 9 de Abril, com a redacção do Decreto Legislativo Regional nº 39/2008/A, de 12 de Agosto, "relativamente à **rede agrícola**, a construção, beneficiação e reabilitação das vias que a constituem são da competência do Governo Regional, competindo as respectivas manutenção e gestão aos municípios da área onde as mesmas se situem".

Por outro lado, de acordo com o nº3 do artigo 45º, do Decreto-Lei nº46/94, de 22 de Fevereiro, com a redacção do Decreto-Lei nº234/98, de 22 de Julho, "quando se trate de uma **linha de água inserida em aglomerado urbano**, cabe ao respectivo município a responsabilidade de" mantê-la "em bom estado de conservação, procedendo à sua regular limpeza e desobstrução."

Ora, apesar de pertencerem ao município as referidas competências de manutenção e gestão da rede agrícola e de manter em bom estado de conservação as linhas de água inseridas em aglomerados urbanos procedendo à sua regular limpeza e desobstrução, o que é certo é tais responsabilidades têm sido assumidas em concreto pelas Juntas de Freguesia do município da Praia da Vitória.

Na verdade, por estarem mais próximas da populações das suas necessidades e expectativas, são as Freguesias a dar a resposta mais imediata e regular às mencionadas manutenções e limpezas.

Porém, fazem-no com recurso aos seus parcos orçamentos pondo em causa a realização de outros investimentos necessários à população ou pagamentos a que estão obrigadas, assim comprometendo o cumprimento das suas obrigações e, sobretudo, o melhor e mais eficaz serviço necessário aos cidadãos que representam.

Com efeito, com exíguos recursos financeiros e humanos, as freguesias prestam um serviço de muito menor encargo financeiro, mas muito maior custo pessoal para os respectivos autarcas que dedicam o seu tempo, a sua disponibilidade e,

Handwritten notes and signatures in the right margin, including "Salva", "Agência", and a date "9-23-18".

Assembleia Municipal da Praia da Vitória

por vezes, meios pessoais, para fazer face a responsabilidades que, no caso em apreço, pertencem ao município

Assim, no cumprimento da lei, no sentido de satisfazer as necessidades e expectativas das respectivas comunidades e de modo a promover uma acção das entidades públicas mais justa, eficaz e de acordo com as responsabilidades decorrentes do próprio sistema democrático é urgente proceder à regulação da transferência de tais competências e correspondentes verbas para as Juntas de Freguesia do município da Praia da Vitória, sob pena de se degradar a manutenção e limpeza de tais áreas com evidente prejuízo e risco para as populações ou, de outro modo, comprometer, ainda mais, a situação financeira das freguesias.

O Grupo Municipal do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e legais aplicáveis, apresenta a seguinte recomendação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória recomenda à Câmara Municipal da Praia da Vitória a preparação, em consonâncias com as freguesias do concelho, e elaboração de protocolos de transferência de competências e respectivos financiamentos para a **manutenção e gestão da rede agrícola e de modo a manter em bom estado de conservação as linhas de água inseridas em aglomerados urbanos** procedendo à sua regular limpeza e desobstrução.

Praia da Vitória, 23 de Fevereiro de 2018.

O Grupo Municipal do PSD



António Pereira





VOTO DE PESAR

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2018 expressa os mais sinceros sentimentos pelo falecimento de António Fernando de Almeida Nogueira no passado dia 30 de dezembro, pai do membro desta Assembleia Municipal, Bruno César Félix Nogueira.

1.º do 9
23 Fev 18
A

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória lamenta profundamente a perda de António Fernando de Almeida Nogueira, aprovando um voto de pesar expressivo das suas condolências a toda a sua família. Do presente voto deve ser dado conhecimento à respetiva família.

Praia da Vitória, 23 de fevereiro de 2018

Os membros da Assembleia Municipal

[Handwritten signatures in blue ink]



VOTO DE PESAR

hida
23 fev 18

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2018 expressa os seus sentimentos pelo falecimento de Evaristo de Meneses da Silva, no passado dia 31 de janeiro de 2018.

✓
H

Cidadão da freguesia Santa Cruz, reconhecido como exímio tocador de Bandolim, foi um homem de tradições que sempre dedicou os seus conhecimentos e dotes musicais ao serviço da cultura da Praia da Vitória. Do seu percurso consta a participação como músico da Filarmónica União Praiense, na Sapateia Açoriana, em várias tunas da Ilha Terceira e um longo percurso como tocador no Carnaval Sénior.

Pela colaboração e dedicação ao associativismo e ao desenvolvimento cultural do Concelho e da Ilha Terceira, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em Sessão Ordinária, do dia 23 de fevereiro de 2018, emite o seguinte voto de pesar:

“A Assembleia Municipal da Praia da Vitória lamenta a perda de Evaristo de Meneses da Silva, expressando as suas condolências a toda a sua família”.

Do presente voto seja dado conhecimento à respetiva família.

Praia da Vitória, 23 de fevereiro de 2018

Os membros da Assembleia Municipal



Voto de Pesar

Evaristo de Meneses da Silva nasceu em 9 de Outubro de 1928, na sua Praia da Vitória que sempre amou e abrilhantou e onde veio a falecer a 31 de janeiro de 2018.

Ainda jovem iniciou a sua actividade musical na Filarmónica União Praiense.

Posteriormente, passou a tocar bandolim, instrumento pelo qual ficou conhecido, reconhecido e admirado por palcos e terreiros da ilha Terceira.

Durante mais de seis décadas, o Sr. Evaristo foi uma referência da nossa música tradicional, tocando em danças da Carnaval, cantorias, folclore e no Orfeão da Praia da Vitória.

Autodidata e brilhante intérprete da nossa música, foi ainda formador de muitos jovens e adultos na arte de bem tocar bandolim.

A sua importância para a Praia da Vitória e para esta ilha, manifesta-se ainda com a circunstância de ter sido um dos três fundadores do Sport Clube Praiense, clube do qual foi o seu primeiro Presidente provisório, uma vez que sendo ainda menor não pode assumir tais funções em termos efectivos.

Exerceu a sua actividade profissional com especial esmero, correcção e dedicação na empresa Basílio Simões durante cerca de quatro décadas.

Pelo que foi a sua vida e pelo que contribuiu para o desenvolvimento cultural e desportivo da nossa terra, é devido um justo e elevado reconhecimento público pela memória de Evaristo de Meneses da Silva.

O Grupo Municipal do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e legais aplicáveis, apresenta o seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Evaristo de Meneses da Silva, pelo que foi a sua vida e pelo que contribuiu para o desenvolvimento cultural e desportivo da nossa terra.

Handwritten signatures and notes in blue ink:
Salvador
Garcia
Linda 23/01/18

Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento à família enlutada.

Praia da Vitória, 23 de Fevereiro de 2018.

O Grupo Municipal do PSD


João Salgado

Carlos Pereira




GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

VOTO DE PESAR

Falecimento de António Meneses Aguiar Ramalho

1229
23 fev 18
6A

No passado dia 11 de Fevereiro de 2018 faleceu António Meneses Aguiar Ramalho.

Nasceu a 18 de Outubro de 1942 na freguesia de Quatro Ribeiras, tendo vindo para as Lajes aos 10 anos já com a 4.ª classe.

Termina o liceu até ao 2.º ano e seguidamente com o seu pai, cria uma moagem.

Trabalhou num talho até aos 15 anos, na frutaria da Base Portuguesa, numa casa de pasto e mercearia na Serra de Santiago.

Aos 18 anos inicia-se na compra de algas marinhas e na confecção de aperitivos para mercearias e touradas.

Em 1974 inicia-se com uma empresa de Aviário conjugando com a lavoura e a produção de aperitivos. Manteve esta conjugação até ao final da sua vida permitindo o emprego a mais de três dezenas de colaboradores.

Foi Presidente da UNICOL e durante 15 anos foi Presidente da Cooperativa do Leite das Lajes.

Como cidadão foi presidente da Assembleia de Freguesia entre 1994 e 1997, membro do Conselho Fiscal da Casa do Povo, membro da Comissão da Igreja e membro da Comissão Edificadora da Ermida do Imaculado Coração de Maria (Ermida do Cabouco).

Um homem com capacidade empreendedora, sentido de responsabilidade social e envolvimento inestimável na comunidade.

Assim, o Grupo Municipal do PSD da Praia da Vitória propõe um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Meneses Aguiar Ramalho

Que do presente voto se dê conhecimento à família, Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia da Vila das Lajes.

Praia da Vitória, 23 de Fevereiro de 2018

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata

Adão Pereira

Salvador

Salvador